

REPRODUÇÃO, CONTRACEPÇÃO E ABORTO NO PORTUGAL DO SÉCULO XX: PRÁTICAS E DISCURSOS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DO PORTO*

RUI LEANDRO MAIA**
ANA FONTOURA RIBEIRO***

1. INTRODUÇÃO

Produzir um juízo sobre as causas das alterações da capacidade reprodutiva das populações no decurso do século XX, ainda que circunscrito a um estudo de caso exploratório, implica que tenhamos presente que as mesmas poderão ter decorrido de um conjunto de razões que funcionaram em associação e sobre as quais, pela ausência de estatísticas, não detemos plena consciência e ainda que os comportamentos reprodutivos, e demográficos em geral, sofreram alterações na sequência dos processos de industrialização e de urbanização.

Se os indicadores disponíveis nos permitem acompanhar no tempo a capacidade reprodutiva das populações, tal não é possível em relação a práticas de contracepção e de aborto, que directamente se supõe terem interferido nas suas variações.

Que influências terão tido a contracepção e o aborto na redução da capacidade reprodutiva das populações no período em questão?

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência FCT PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa. rlmaia@ufp.edu.pt.

*** Directora Técnica do Centro Social e Paroquial de Justes, IPSS, Vila Real. anaribeiro.ss@gmail.com.

Pode questionar-se se o crescimento demográfico das cidades em período de industrialização, muito decorrente da fixação de migrantes, acarretou alterações nos comportamentos reprodutivos? E ao ter sido assim, se esses comportamentos divergiram entre naturais dos espaços urbanos e migrantes aí residentes? A verificação dessas eventuais diferenças comportamentais poderá ser da maior importância para percebermos até que ponto o processo de urbanização, no caso português, esteve associado, até mais do que a contracepção, ao abaixamento da capacidade reprodutiva, não apenas das populações urbanas mas também de todo o país uma vez que, ao longo de décadas, como no presente, drenaram do interior, rumo ao litoral, força de trabalho e reprodutiva, muito em particular para as duas grandes cidades, Lisboa e Porto, e para os espaços circundantes.

É particularmente pertinente podermos perceber como se adaptaram os migrantes nos espaços urbanos onde se fixaram e como essas mudanças moldaram os seus comportamentos em relação ao matrimónio, por exemplo, à reprodução, à contracepção e ao aborto. Os migrantes que se fixaram, provenientes de meios rurais, de recursos minguados, nos espaços urbanos não o fizeram isoladamente: fizeram-no antes motivados por um conjunto de razões, com primazia para as de ordem económica, que englobam, na maior parte dos casos, o colectivo familiar: os progenitores, os irmãos ou os filhos. Em muitos registos acederam ao meio urbano pela existência de redes de relações familiares e comunitárias, ainda crianças e jovens, para trabalharem em casas particulares, na indústria ou no comércio em diversas actividades sendo que asseguraram aí a sobrevivência que a terra de berço não lhes garantiu mas também parte da sobrevivência daqueles familiares que lá permaneceram.

A condição em que se encontravam acarretou-lhes obviamente transformações em termos de ciclo de vida a diversos níveis: no casamento pelo tempo em que o fizeram ou até não o fizeram mantendo, em definitivo, a condição celibatária, pelo número de filhos que tiveram ou até não tiveram ou pelos momentos em que os tiveram, mais ou menos espaçados uns dos outros.

Esta questão dos comportamentos diferenciados entre naturais e migrantes residentes em espaços urbanos tem sido abordada em diversos contextos (ELIAS & SCOTSON, 1994; MAIA, 2003), muito embora deles não exista, com amplitude suficiente, uma consciência empiricamente fundada.

Alguns dos estudos parecem, contudo, apontar para uma tendência de redução da capacidade reprodutiva dos migrantes residentes em espaços urbanos face aos que daí são naturais. Como se os primeiros, constituindo-se como força de trabalho indispensável à manutenção e ao desenvolvimento da economia urbana, viabilizassem a manutenção e até a expansão de um padrão reprodutivo dos segundos. Esta tese, explanada por MICHEL (1983), faz algum sentido quando pensamos, por exemplo, na importante função desempenhada pelas mulheres migrantes no perí-

odo em observação que isoladamente eram recrutadas para trabalhar na cidade em casas particulares como criadas de servir, constituindo o suporte fundamental das mulheres naturais da cidade na gestão das suas casas, no acompanhamento dos seus filhos, enquanto as mesmas, progressivamente, se foram embrenhando no mundo do trabalho. Puderam estas ter filhos, ficando as outras reféns das primeiras, com consequências no adiamento dos respectivos matrimónios e dos processos reprodutivos, para algumas *sine* dia.

Será legítimo considerarmos, em hipótese, que as mulheres migrantes utilizem mais os métodos contraceptivos e, bem assim, recorram mais ao aborto? Na perspectiva de BONNE e KESSELER (1999) o estabelecimento dos migrantes em meio urbano representa, quase sempre, um salto em estatuto económico e social cujo alcance e manutenção decorre em parte da redução da sua capacidade reprodutiva face à geração anterior. Para muitas raparigas a autonomização económica que a cidade proporciona, como sugere ABADIAN (1996), é promotora da redução do número de filhos.

São hipóteses de trabalho cuja pertinência mais sobressai por estarmos em presença de uma realidade subterrânea, ou seja, que, para o tempo em observação, existe mas não é estatisticamente conhecida, não está referenciada, é silenciada, e, o que neste âmbito é mais estimulante, tem muito que ver com a dificuldade ou a inacessibilidade ao conhecimento e portanto poderá andar mais próxima das mulheres migrantes social e economicamente mais desamparadas e desconhecedoras do que as mulheres naturais da cidade.

Foi o que esta abordagem quis considerar salvaguardando naturalmente, na análise comparativa, o condicionamento das observações pelos efeitos das origens geográficas das mulheres e dos períodos, em função de uma número equilibrado de casos, estabelecidos entre 1913-1928, 1229-1944 e 1945-1960.

São retratadas as distribuições das respostas e os comportamentos por cinco grupos de variáveis:

- O *casamento*, que contempla duas variáveis: se a respondentes casaram ou não e, em caso afirmativo, com que idade o fizeram.
- A *primeira relação sexual*, que contempla duas variáveis: a idade da primeira relação sexual e, para as respondentes que casaram, a diferença dessa idade em relação à idade ao casamento.
- Os *filhos*, que contempla duas variáveis: se a respondentes tiveram ou não filhos e, em caso afirmativo, quantos tiveram e, por associação, o espaçamento, em meses, entre o casamento e o primeiro filho e, bem assim, entre este e o seguinte.
- O *aborto*, que contempla duas variáveis: se a respondentes abortaram ou não e, em caso afirmativo, se o fizeram uma ou mais vezes.

- A *contraceção*, que contempla duas variáveis: se a respondentes usaram ou não contraceptivos e, em caso afirmativo, se usaram um ou mais métodos.

O tratamento das informações decorrente das variáveis consideradas suporta duas hipóteses de trabalho testadas:

- A contracepção e o aborto estão presentes, enquanto variáveis reguladoras, no processo de reprodução em meio urbano. O estarem presentes decorre, no período em observação, de a maior parte das mulheres fazerem uso de tais procedimentos.
- Os comportamentos, em relação à reprodução, à contracepção e ao aborto, diferenciam-se em função das origens geográficas das depoentes.

Trata-se aqui também de esboçar, por análise comparativa, tendências eventualmente identificativas de um trabalho que, em investigação macro, o projecto em que se insere esta abordagem pretende delinear.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Foi obtida uma amostra de mulheres, com cinquenta ou mais anos, fechado, portanto, o ciclo reprodutivo, residentes na freguesia do Bonfim, sendo daí naturais ou não, cujos contactos provieram do Gabinete de Serviço Social da autarquia¹.

Tratou-se de uma amostra de conveniência obtida pela boa vontade das depoentes que aceitaram dar testemunho de vida sobre uma temática de foro íntimo e de difícil abordagem, recolhida aleatoriamente, até ao limite, inicialmente fixado, de duzentas mulheres.

O instrumento de avaliação utilizado foi a entrevista directiva, com questões, em grande parte, fechadas, padronizadas e de ordem pré-estabelecida. A saber:

- Que idade tinha quando casou a primeira vez?
- Que idade tinha quando teve a primeira relação sexual?
- Diferença em meses ou em anos entre as duas idades anteriores.
- Teve filhos?
- Em caso afirmativo, quantos filhos teve?
- Intervalo protogenésico.
- Primeiro intervalo intergenésico.
- Fez algum aborto?
- Em caso afirmativo, quantos abortos fez?

¹ As entrevistas, realizadas em espaço apropriado da Junta de Freguesia do Bonfim, decorreram entre o mês de Outubro de 2009 e o mês de Julho de 2010.

- Perdeu algum filho?
- Em caso afirmativo, quantos filhos perdeu?
- Usou métodos contraceptivos?
- Em caso afirmativo, quantos tipos de métodos contraceptivos usou?

O tratamento de dados foi realizado com recursos ao programa estatístico SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*, com utilização recorrente dos testes de Qui-quadrado, de Teste *t*, da ANOVA e da Correlação Estatística².

3. RESULTADOS

As mulheres, todas residentes no espaço de observação, distribuem-se de forma equilibrada segundo a origem geográfica: 54,0 por cento naturais e 46,0 por cento migrantes, sendo que a maior expressão geográfica, para estas, se situa a Norte do País, 19,0 por cento, seguida das originárias dos concelhos circunvizinhos, coincidentes com a Área Metropolitana do Porto, 14,0 por cento. As restantes são originárias de diversas regiões do país incluindo as regiões insulares.

Os resultados são apresentados pela ordem dos grupos de variáveis descritos. Em cada um, a partir de comportamentos genéricos, evidenciam-se comparações de valores entre naturais e migrantes residentes no espaço de observação.

Para o *casamento* – que contempla duas variáveis: se a respondentes casaram ou não e, em caso afirmativo, com que idade o fizeram – constata-se que:

- O número de casamentos tende a aumentar ao longo dos três períodos de observação: 71,2 por cento, 75,5 por cento e 87,0 por cento. São as mulheres migrantes, contudo, aqueles que, nos dois primeiros períodos, mais permanecem celibatárias, respectivamente 31,3 por cento e 25,0 por cento face a 27,8 por cento e 23,9 por cento. No último período, para as que nasceram entre 1945-1960, a tendência inverte-se: 19,2 por cento para as naturais e 5,0 por cento para as migrantes.
- A idade média ao primeiro casamento aumenta gradativamente entre períodos e, em comparação, é sempre ligeiramente inferior para as mulheres migrantes: em cerca de oito meses no primeiro e no terceiro períodos e em cerca de dezanove meses no segundo período. O casamento tendencialmente mais precoce das mulheres migrantes não é sinónimo de que elas o tenham feito na cidade. Muitas poderão ter casado nas terras de origem. Na verdade, noutra contexto (MAIA, 2003), constatou-se que as mulheres migrantes que casaram em meio urbano o faziam mais tarde do que as mulheres naturais aí residentes.

² Sobre as questões específicas dos testes efectuados, v. PESTANA & GAGEIRO (1998).

Para a *primeira relação sexual* – que contempla duas variáveis: a idade da primeira relação sexual e, para as respondentes que casaram, a diferença dessa idade em relação à idade ao casamento – constata-se que:

- Entre períodos extremos, verifica-se uma diminuição ligeira, de cerca de quatro meses, na idade com que as mulheres tiveram a primeira relação sexual.
- Aumenta ainda a diferença entre a idade ao primeiro casamento e a idade da primeira relação sexual. No primeiro período é positiva em cerca de um mês, ou seja, casa-se antes da primeira relação sexual, e nos períodos seguintes é negativa, com aumento substancial entre as mulheres que nasceram entre 1929-1944, com cerca de sete meses, e entre 1945-1960, com cerca de vinte e seis meses.

Mulheres naturais da cidade e mulheres migrantes manifestam alguma diferença de comportamentos, nos períodos considerados, quanto ao início da vida sexual: se as primeiras o fazem sempre, em média, antes do casamento, no caso das segundas tal só acontece, embora com grande aproximação de valores, para as que nasceram entre 1945-1960, o que é sinónimo de, por liberalização, sobreposição do início da vida sexual ao início da vida conjugal formal, como, de resto, se sabe ter ocorrido em consequência da revolução contraceptiva dos anos sessenta, em que, *grosso modo*, esta geração de mulheres se insere: para ambas são cerca de vinte e seis meses de antecipação.

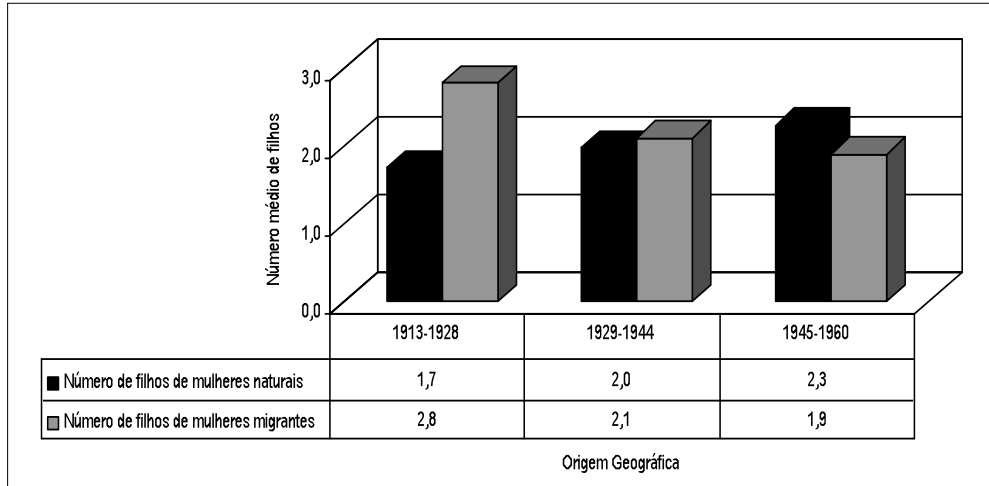
Para os *filhos* – que contempla duas variáveis: se a respondentes tiveram ou não filhos e, em caso afirmativo, quantos tiveram e o espaçamento, em meses, entre o casamento e o primeiro filho e, bem assim, entre este e o seguinte – constata-se que:

- O número de mulheres que têm filhos aumenta gradativamente entre períodos – 59,6 por cento, 65,7 por cento e 87,0 por cento. E este aumento deverá ter estado directamente relacionado com situações conjunturais. É que, embora de forma grosseira, se se estabelecer uma relação de vinte anos entre as datas de nascimento destas mulheres e as datas de iniciação das relações sexuais e do primeiro casamento, existirá para as primeiras uma coincidência temporal com as datas de 1923-1948, um tempo de grande austeridade, e para as segundas e as terceiras, numa mesma lógica, 1949-1964 e 1965-1980, cenários diferentes, no último bem mais, pela melhoria global das condições de vida.

Foram as mulheres migrantes as que, nos dois primeiros períodos, menos filhos tiveram, tendo a tendência sido invertida no último período. Porém, ao invés do que se afirmou, são as mulheres migrantes que, em média, têm mais filhos no primeiro e no segundo períodos e menos filhos no último período.

As mulheres naturais da cidade ampliam, entre períodos, a sua capacidade reprodutiva. Passa-se exactamente o contrário com as mulheres migrantes.

Fig. 1 – Numero médio de filhos por mulher residente no Bonfim, por origem geográfica

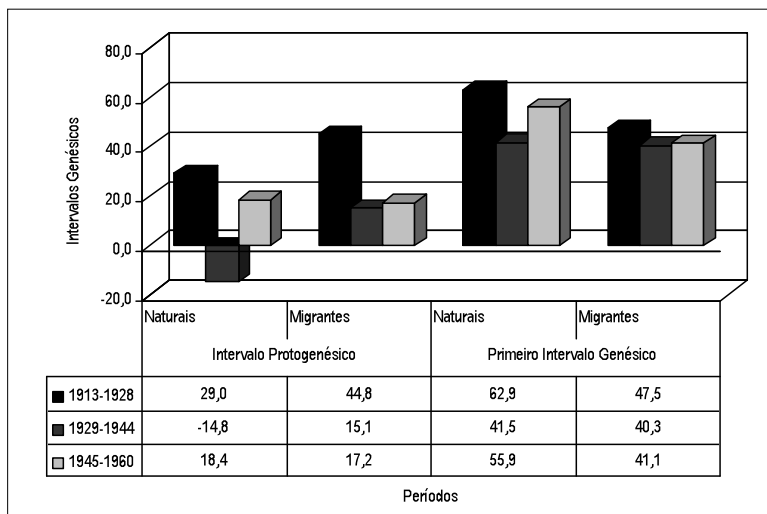


São as mulheres naturais da cidade as que optam por ter os filhos mais cedo após o matrimónio, com excepção das que nasceram no último período, 1945-1960, em que os valores são ligeiramente superiores aos das mulheres migrantes.

Ainda para as mulheres naturais da cidade, no segundo período, entre 1929-1944, o peso das concepções pré-matrimoniais sobressai bastante. São mulheres que, *grosso modo*, casaram a uma vintena de anos dos respectivos nascimentos, portanto, entre 1949-1969, um tempo correspondente à propensão para a natalidade após a Segunda Guerra Mundial conhecido por *baby-boom*, a qual não encontrou equivalente resposta nas mulheres migrantes que, apesar disso, têm os filhos mais cedo do que nos períodos extremos.

Repare-se que os valores encontrados para os intervalos genésicos são claramente indicativos da existência de mecanismos de controlo da reprodução para as mulheres naturais da cidade e para as mulheres migrantes. Parece evidente o uso de contraceptivos, embora com algumas tendências de diferenciação: as mulheres naturais da cidade, quanto ao intervalo protogenésico, para os dois primeiros períodos, com ênfase para o segundo, são mais precoces, invertendo-se a tendência no último período. Mas, para o primeiro intervalo intergenésico, as mulheres migrantes optam, invariavelmente, por terem um segundo filho mais cedo.

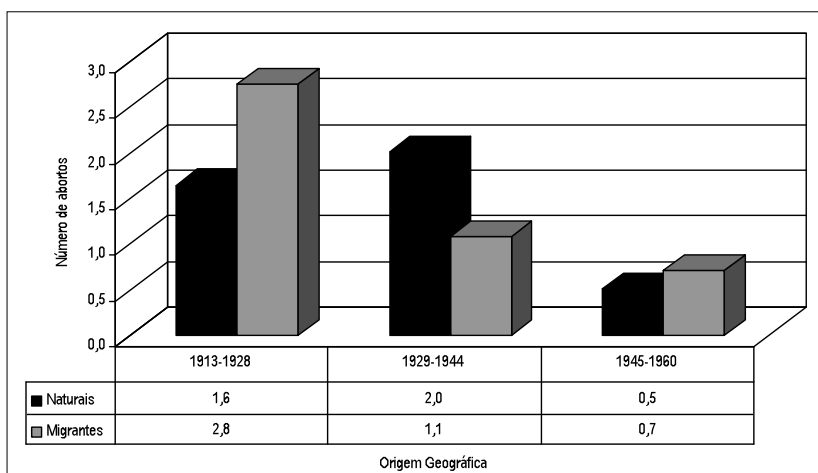
Fig. 2 – Intervalos genésicos médios de filhos por mulher residente no Bonfim, por origem geográfica



Para o *aborto* – que contempla duas variáveis: se a respondentes abortaram ou não e, em caso afirmativo, se o fizeram uma ou mais vezes – constata-se que:

A percentagem de mulheres que afirma ter feito pelo menos um aborto diminui ligeiramente entre cada um dos períodos considerados mas é sempre, sublinhe-se, bastante expressiva: de 53,8 por cento para as mulheres que nasceram entre 1913-1928, de 46,1 por cento para as mulheres que nasceram entre 1929-1944, e de 41,3 por cento para as mulheres que nasceram entre 1945-1960.

Fig. 3 – Numero médio de abortos por mulher residente no Bonfim, por origem geográfica



Na comparação pela origem geográfica das mulheres, as migrantes foram as que, invariavelmente, praticaram menos o aborto, o que talvez justifique, em parte, a razão de casarem ligeiramente mais cedo e de terem mais filhos nos dois primeiros períodos de observação.

O número de abortos tendeu, em paralelo, a diminuir, em consequência da maior generalização da contraceção: em média passou de 1,98, para 1,49 e para 0,59.

Mas aqui as mulheres migrantes fizeram-no em maior número de vezes do que as naturais no primeiro período, posição que se inverte no segundo período e que, embora com valores muito próximos, se volta a sobrepor no terceiro período.

Para a *contraceção* – que contempla duas variáveis: se a respondentes usaram ou não contraceptivos e, em caso afirmativo, se usaram um ou mais métodos – constata-se que:

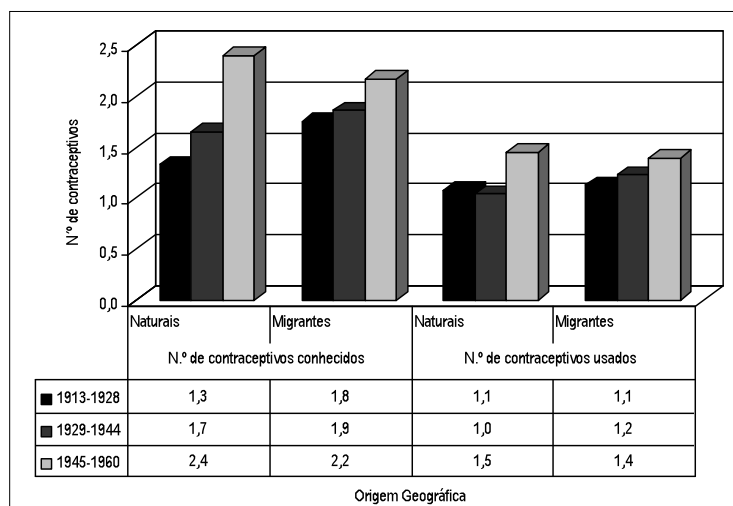
A percentagem de mulheres que refere não ter usado métodos contraceptivos diminui consideravelmente entre os períodos em observação: 61,5 por cento, 64,9 por cento e 17,4 por cento. A redução do segundo para o terceiro períodos é muito expressiva do processo de generalização de uso de métodos contraceptivos.

São as mulheres naturais da cidade as que em maior número se abstêm de usar contraceptivos no primeiro período: 66,7 por cento não o fazem face a 50,0 por cento das migrantes. A posição inverte-se no segundo período: 47,8 por cento das mulheres naturais da cidade não usam contraceptivos enquanto que não o fazem 60,7 por cento das migrantes. No terceiro período são de novo as naturais da cidade que mais se abstêm de utilizar contraceptivos: 23,1 por cento face a 10,0 das migrantes.

De novo aqui se verifica, na passagem do segundo para o terceiro períodos, a amplitude que teve a utilização de métodos contraceptivos, sobretudo no caso das mulheres migrantes. Ora isto explica, para as que nasceram entre 1945-1960, o porquê de terem, a par de um maior número de abortos, um menor número médio de filhos do que as mulheres naturais da cidade. Definitivamente assumiram a contraceção fazendo dela, mais do que no passado, um poderoso instrumento de adaptação às condições de vida em meio urbano, certamente mais difíceis do que as das suas congéneres daí naturais.

Assim também aumenta ligeiramente, para as que referem ter usado, a quantidade de métodos ao longo dos três períodos, 1,10; 1,13; e 1,42, embora sem diferenças substantivas entre mulheres naturais da cidade e mulheres migrantes aí residentes.

Fig. 4 – Contraceptivos conhecidos e usados por mulher residente no Bonfim, por origem geográfica



É ainda de relevar que, para as mulheres naturais da cidade e para as mulheres migrantes, o conhecimento de contraceptivos aumenta gradativamente entre períodos sem grandes variações que as distingam. Não é, porém, nítido o paralelismo entre este aumento de conhecimento e a diversidade no aumento do número de contraceptivos utilizados.

4. DISCUSSÃO

Os dados apresentados reconduzem à questão de partida sobre a existência de comportamentos diferenciados entre mulheres naturais da cidade e mulheres migrantes aí residentes.

E devem ser discutidos considerando, nessa análise comparativa, os efeitos das origens geográficas e os efeitos das gerações para que se perceba se os comportamentos destes dois grupos de mulheres em relação às variáveis em observação decorrem das suas condições de pertença em relação ao espaço de residência ou se decorrem do tempo em que nasceram e, por isso, em que iniciaram a sexualidade, ou até decorrer das duas circunstâncias.

Como se percebeu são bastante visíveis as alterações de comportamentos e de práticas para a geração de mulheres que nasceram entre 1945-1960 face às gerações anteriores.

Quando analisados os comportamentos das mulheres para cada uma das variáveis pelas respectivas origens geográficas, considerando separadamente cada umas das

gerações de nascimentos, embora os valores médios possam diferir, não são visíveis quaisquer diferenças estatisticamente significativas ($p > 0,05$). É justamente o que se verifica pela utilização do Teste t para as variáveis *quantidade de métodos contraceptivos conhecidos*, *quantidade de métodos contraceptivos usados*, *quantidade de métodos abortivos conhecidos*, *quantidade de filhos*, *intervalo protogenésico*, *primeiro intervalo intergenésico*, *quantidade de abortos realizados*, *idade média ao primeiro casamento*, *idade média à primeira relação sexual*, *diferença entre as idades médias ao primeiro casamento e à primeira relação sexual*.

Com recursos ao teste R, Correlação Estatística, procura-se ainda perceber se, por comparação entre mulheres naturais da cidade e mulheres migrantes, as variáveis em observação se associam. Constata-se que existe uma associação positiva entre:

- O número médio de filhos por mulher e o número médio de abortos realizados, que é mais expressiva, nos dois primeiros períodos, para as mulheres migrantes do que para as mulheres naturais da cidade, respectivamente, para as que nasceram entre 1913-1928, de $R = 0,972$; $p = 0,000$ e de $R = 0,436$; $p = 0,008$, e para as que nasceram entre 1929-1944, de $R = 0,625$; $p = 0,000$ e de $R = 0,441$; $p = 0,002$. Mais do que autonomização destas mulheres migrantes, como referem ABADIN (1996) ou BONNE & KESSLER (1999), assistimos à compatibilização dos seus comportamentos com o modo de vida urbano em que se inserem.

Esta associação quebra-se, em ambas as circunstâncias, para as mulheres que nasceram entre 1945-1960.

- A idade média ao primeiro casamento e a idade média à primeira relação sexual sendo que, nos dois primeiros períodos, a primeira antecede a segunda independentemente da origem geográfica das mulheres (para as mulheres que nasceram entre 1913-1928, naturais da cidade, $R = 0,946$; $p = 0,000$ e para as mulheres migrantes $R = 0,925$; $p = 0,000$; para as mulheres que nasceram entre 1928-1944, naturais da cidade, $R = 0,496$; $p = 0,002$ e para as mulheres migrantes $R = 0,990$; $p = 0,000$). No último período, para as mulheres que nasceram entre 1945-1960, esta associação permanece no caso das que são naturais da cidade, $R = 0,654$; $p = 0,001$, e dissipa-se no caso das que são migrantes ($p > 0,05$).

*
* *

As diferenças são mais visíveis quando, mantendo a comparação por origens geográficas das mulheres, a análise se faz pelas gerações em observação, usando, para o efeito, a ANOVA.

Para as mulheres naturais da cidade casadas, essas diferenças estão presentes nas variáveis *conhecimento* e *uso* de contraceptivos:

- O número médio de métodos contraceptivos conhecidos aumenta entre períodos considerados: 1,42, 1,78 e 2,44. As diferenças de médias são estatisticamente significativas entre as mulheres que nasceram na geração de 1913-1928 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 1,028 ($F = 4,107$; $p = 0,022$).
- O número médio de métodos contraceptivos usados aumenta entre períodos considerados: 0,42, 0,57 e 1,24. As diferenças de médias são estatisticamente significativas entre as mulheres que nasceram na geração de 1913-1928 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 0,815, mas também entre as mulheres que nasceram na geração de 1929-1944 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 0,667 ($F = 10,441$; $p = 0,000$).

Para as mulheres migrantes, essas diferenças estão presentes nas variáveis *uso* de contraceptivos e *quantidade de abortos realizados*:

- O número médio de métodos contraceptivos usados oscila entre períodos considerados: 0,45, 0,50 e 1,26. As diferenças de médias são estatisticamente significativas entre as mulheres que nasceram na geração de 1913-1928 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 0,809, mas também entre as mulheres que nasceram na geração de 1929-1944 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 0,763 ($F = 8,770$; $p = 0,000$).
- O número médio de abortos praticados diminuiu entre períodos considerados: 3,64, 1,10 e 0,74. As diferenças de médias são estatisticamente significativas entre as mulheres que nasceram na geração de 1913-1928 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 2,900, mas também entre as primeiras e as que nasceram na geração de 1929-1944, 2,541 ($F = 3,434$; $p = 0,038$).

5. CONCLUSÕES

A contracepção e o aborto tendem a complementarem-se, na passagem dos períodos considerados, enquanto mecanismos intervenientes no processo de regulação da reprodução em meio urbano. A contracepção tende generaliza-se e o aborto a diminuir no alcance do número de mulheres que o praticam: recorreram à contracepção, entre períodos extremos, 38,5 por cento e 82,6 por cento das mulheres e ao aborto 53,8 por cento e 41,3 por cento das mulheres.

Percebe-se que não há uma relação de substituição absoluta do aborto pela contracepção embora as respectivas evoluções no tempo tenham ocorrido em sentidos opostos.

Para as mulheres em geral verificou-se a existência de uma associação positiva, nos dois primeiros períodos, entre o número médio de filhos e o número médio de abortos realizados e ainda, em abono do que se descreve, a idade média ao primeiro casamento e a idade média à primeira relação sexual com a primeira a anteceder a segunda nos dois primeiros períodos e a segunda a anteceder a primeira no último período. Sinal dos tempos com relação óbvia ao processo de generalização da contraceção.

– Os comportamentos, em relação à reprodução, à contraceção e ao aborto não se diferenciam de todo em função das origens geográficas das depoentes.

As diferenças dos valores médios para as variáveis em observação parecem não se distanciarem de forma estatisticamente significativa ($p > 0,05$) em função da origem geográfica das mulheres em cada um dos períodos: *quantidade de métodos contraceptivos conhecidos, quantidade de métodos contraceptivos usados, quantidade de métodos abortivos conhecidos, quantidade de filhos, intervalo protogenésico, primeiro intervalo intergenésico, quantidade de abortos realizados, idade média ao primeiro casamento, idade média à primeira relação sexual, diferença entre as idades médias ao primeiro casamento e à primeira relação sexual.*

Apesar da origem geográfica não constituir, de partida, uma variável diferenciadora destes comportamentos, é de notar que, para determinadas associações feitas em separado por origens geográficas, são os comportamentos das mulheres migrantes os que maior propensão apresentam para o relacionamento estreito entre reprodução, contraceção e aborto e, por outro lado, são também estas que mais os alteram entre períodos, particularmente na passagem do segundo para o terceiro. Assim se verifica para:

- A associação entre o número médio de filhos e o número médio de abortos, que nas mulheres migrantes é mais expressiva do que nas mulheres naturais da cidade nos dois primeiros períodos e esbate-se no último período.
- A associação entre a idade média ao primeiro casamento e a primeira relação sexual que, para as mulheres migrantes, se inverte na passagem do segundo período para o terceiro período, ou seja, passando agora a prevalecer a segunda ocorrência sobre a primeira.

Pode afirmar-se que a adaptação das mulheres migrantes ao meio urbano no que respeita às variáveis aqui consideradas é bem visível e que, por outro lado, foram elas, mais do que as naturais, as que rapidamente, numa análise por períodos, associaram contraceção e reprodução, para as que nasceram entre 1945-1960, face às demais, por contraponto entre a associação de aborto e de reprodução. Essa maior associação entre contraceção e reprodução parece corroborar a tese de que estas mulheres ajudam a sustentar um padrão de desenvolvimento económico e social

em meio urbano, permitindo, por isso, que as que daí são naturais tenham melhores condições para se reproduzirem. Em explicação hipotética junta-se a tese de que as mulheres migrantes, balançando entre dois espaços e duas famílias, a que constituem na cidade e a que permanece no espaço de origem, tendem bem mais a controlar a propensão reprodutiva face a maiores dificuldades e a menores apoios por comparação às mulheres naturais da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABADIAN, Sousan (1996) – *Women's autonomy and its impact on fertility*. «World Development», vol. 24: n.º 12, p. 1793-1809.
- BONNE, James L. & KESSLER, Karen L. (1999) – *More Status or More Children? Social Status, Fertility Reduction, and Long-Term Fitness*. «Evolution and Human Behaviour», 20, p. 257-277.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John (1994) – *The established and the outsiders*. London. 2ª ed. Sage Publications. (1ª ed. 1965).
- MAIA, Rui Leandro (2003) – *O sentido das diferenças. Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MICHEL, Andrée (1983) – *Sociologia da família e do casamento*. Porto: Rés-Editora.
- PESTANA, M. & GAGEIRO, J. (1998) – *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.